

Comissão vai cobrar fiscalização de cursos a distância

❑ *Entidades denunciam existência de vagas de graduação na área de saúde sem a realização de atividades práticas*

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa (ALMG) vai levar ao Ministério da Educação (MEC) as preocupações e as cobranças do Estado sobre a graduação em cursos da área de saúde por meio da educação a distância (EAD).

Em mais um debate sobre o tema na ALMG, na última terça-feira (22), ficou claro que o principal problema não são as regras da EAD, mas a falta de fiscalização do MEC. Isso estaria levando, inclusive, à oferta de cursos 100% a distância na área de saúde, o que é vedado pela legislação.

Nesse sentido, o requerimento anunciado pelo deputado Antônio Jorge (PPS) e logo apoiado por Ivair Nogueira (PMDB), autor da solicitação para a audiência, propõe, ainda, uma provocação ao Ministério Público para exigir a fiscalização.

PROBLEMAS – Parte dos problemas do EAD na saúde foram relatados pelo vice-presidente do Conselho Regional de Farmácia (CRF-MG), Alisson Ferreira. Entre eles, a existência de 231 sedes de instituições de EAD e 11.688 polos para atividades presenciais não supervisionados.

Segundo ele, a Portaria Normativa 11, de 2017, do MEC, prevê até mesmo polos no exterior. E possibilita a fiscalização apenas na sede na instituição. “Já tivemos polos de enfermagem com endereços em açougue e padaria. Como não fiscalizar?”, questionou.

Álida Andrade, vice-presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional de Minas (Crefito 4),

acrescentou que há instituições com até mil polos presenciais.

A ampliação vertiginosa da EAD também foi enfatizada pelos representantes do CRF e do Crefito, com vários dados coletados durante um fórum de presidentes de conselhos da área de saúde, realizado em abril, em Belo Horizonte.

**Instituições
querem respeito
aos pilares
da educação: conhecer,
fazer e aplicar**

Entre junho e dezembro de 2017, por exemplo, as vagas para fisioterapia saltaram de 6.020 para 58 mil, um crescimento de mais de 860%. A média de todos os cursos foi de 141% no ano. Já entre fevereiro de 2017 e março de 2018, houve alta de 3.628% nas vagas para biomedicina.

O discurso das entidades também foi semelhante, no sentido de se respeitar os pilares da educação, que são “conhecer, fazer e aplicar”, além das necessidades específicas da saúde, como atendimento humanizado e a inserção no Sistema Único de Saúde (SUS).

Foco estaria na massificação e no lucro

Outro aspecto da EAD ressaltado na audiência foi seu foco no lucro. “É a mercantilização, disfarçada de inclusão social”, afirmou Álida, do Crefito 4.

“Ele pode ser conveniente numa expansão por interesses pecuniários. Um curso de R\$ 150 a R\$ 180 só é possível com massificação”, afirmou Simão Marinho, presidente da Câmara de Ensino Superior de Educação do Conselho Estadual de Educação (CEE-MG).

Simão, que é professor na PUC Minas e também atua com EAD, salientou, ainda, a deficiência na formação de professores. “Eles são levados a atuar a distância sem treinamento”, afirmou. Por fim, Marinho salientou que o CEE-MG só poderia fiscalizar as universidades do Estado, sem atuação sobre as federais e as privadas.

Atualmente, não há cursos de EAD para medicina. Mas Victor Hugo de Melo, do Conselho Regional de Medicina (CRM-MG), aponta que a proliferação de escolas presenciais, sem a devida qualidade, já é problema suficiente para a formação médica.

LEGISLAÇÃO – Na defesa do EAD, o diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), Luciano Guimarães, afirmou que a legislação brasileira é adequada e não permite a formação 100% a distância. Assim, as denúncias trazidas pelos conselhos estariam ligadas à atuação irregular de alguma instituição e à falta de fiscalização por parte do MEC.

“Quando a lei remete para o regulamento próprio de cada curso, pressupõe a oferta de parte prática e que o polo ofereça a estrutura para isso”, afirmou. Segundo ele, o País tem 1,8

milhão de alunos de EAD, que realizam prova de avaliação ao final do curso (Enad), com resultados semelhantes aos alunos de cursos presenciais.

Para Luciano, a grande demanda pelos cursos a distância tem relação com o tempo e o ritmo flexíveis e com o custo acessível. Mas reflete também o vergonhoso desempenho brasileiro no que diz respeito ao acesso à educação superior de qualidade.

Segundo ele, o EAD é essencial para democratizar o ensino em todo mundo, o que, inclusive, já teria sido reconhecido por organismos internacionais.

APOIO – Para Ivair Nogueira, as entidades de classe estão buscando apoio do Legislativo em todo o País, justamente pela complexidade da questão, de forma a equilibrar a democratização possibilitada pelo EAD com a qualidade necessária aos cursos de saúde. “O caminho é pela educação, mas não adiante quantidade sem qualidade”, reiterou.

Celise Laviola (PMDB), presidente da comissão, se mostrou preocupada com a formação na área da saúde. “Se falta a prática de lidar com o paciente, como o curso vai gerar bons profissionais?”, indagou.

Já Antônio Jorge reforçou o distanciamento entre a lei e a fiscalização, que permite a “ação criminosa” de algumas instituições de EAD. De qualquer forma, segundo ele, seria um obscurantismo não apoiar o uso das novas tecnologias na educação.



Audiência foi solicitada por entidades de classe que consideram imprescindível a formação humanizada e o contato com os pacientes

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

PODERES DO ESTADO
Executivo
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL
Legislativo
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES
Judiciário
GERALDO AUGUSTO DE ALMEIDA

Secretário de Estado de Casa Civil
e de Relações Institucionais
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA

Subsecretário de Imprensa Oficial
TANCREDO ANTÔNIO NAVES